



AVANÇOS E DESAFIOS NA INCLUSÃO EDUCACIONAL DE PESSOAS TRANS NO BRASIL

ANA PAULA BRASIL

Introdução: A população trans enfrenta, há tempos, desafios no acesso e na permanência na educação, fruto de preconceitos, discriminação e ausência de políticas públicas eficazes. O lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia, em 2004, foi um marco ao propor ações para combater a exclusão por identidade de gênero no ambiente escolar. **Objetivo:** O estudo examina o impacto das políticas públicas na inclusão educacional de pessoas trans, analisando os avanços promovidos pelo Programa Brasil Sem Homofobia e identificando obstáculos que ainda dificultam a equidade plena no acesso e na permanência escolar. **Metodologia:** A pesquisa baseia-se em revisão de literatura, incluindo documentos normativos, estudos acadêmicos e levantamentos estatísticos sobre a inserção de pessoas trans na educação brasileira. Também considera dados do *Dossiê: Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2024*, elaborado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). **Resultados:** Dentre os avanços, destaca-se a regulamentação do uso do nome social pela Portaria 33/2018 do Ministério da Educação e a implementação de políticas afirmativas em universidades públicas, como cotas para pessoas trans, essenciais para corrigir desigualdades históricas. Em 2024, a ANTRA publicou uma Nota Técnica sobre ações afirmativas e enfrentamento da transfobia no ensino superior, reforçando a importância dessas medidas. A entidade recomenda a ampliação das cotas nas universidades e concursos públicos, além da capacitação docente para garantir o respeito à diversidade de gênero. Apesar dos progressos, persistem desafios como exclusão curricular, violência escolar e falta de preparo dos educadores para tratar questões de gênero e sexualidade. A resistência à permanência de estudantes trans ainda se manifesta por meio de ataques a políticas inclusivas e tentativas de revogação de direitos. Em 2023, mais de 300 projetos de lei antitrans foram apresentados, muitos impondo restrições à comunidade trans. Para garantir escolas acessíveis e respeitadas, é fundamental fortalecer políticas públicas voltadas à formação docente, revisão curricular e combate à discriminação. **Conclusão:** Apesar dos avanços trazidos pelo Programa Brasil Sem Homofobia, desafios estruturais permanecem. O compromisso contínuo da sociedade e do Estado é imprescindível para tornar a educação um espaço verdadeiramente inclusivo e democrático para pessoas trans.

Palavras-chave: **EDUCAÇÃO; DIVERSIDADE DE GÊNERO; POLÍTICAS PÚBLICAS**